



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**  
**Rua Acre nº 80 – sala 1004 – Centro/Rio Janeiro – CEP: 20081-000**  
**Telefones: 2282-8682 / 2282-8016**

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2023**

Proc. nº TRF2-EOF-2022/306

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/248 de 03.05.2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da internet, no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 25 de julho de 2023	Horário (de Brasília): 14:00
Local: <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> .	

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II - Planilha de Formação de Preços da Mão de Obra;

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas e empresas de pequeno porte, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021

Anexo IV- Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução 9 de 06.12.2005 do CNJ;

Anexo V - Declaração conforme Res. nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;

Anexo VI - Declaração de acordo com o inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 9 de 06/12/2005 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;

Anexo VII - Minuta do Contrato Administrativo.

**1 - OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços gráficos de impressão offset, ou seja, impressão indireta em chapa metálica, impressão digital, método de impressão de uma imagem digital diretamente para uma variedade de mídias e montagem e acabamento, processo de finalização de uma produção**



**gráfica. Serão executados através da alocação de mão de obra especializada, com conhecimento em informática, para operar equipamentos mecânicos e digitais, atendendo, assim, a demanda do TRF 2ª Região, EMARF, CCJF, Seção Judiciária do Rio de Janeiro e Seção Judiciária do Espírito Santo. Os profissionais prestarão serviço na Rua do Acre, 80 – sala 405 e na Rua Visconde de Inhaúma, 68, ambas no Centro, nesta Cidade, conforme especificações e quantitativos estabelecidos nos anexos do Edital.**

1.1 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

## **2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES**

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via internet, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.



- 2.3.9 - As sociedades cooperativas de mão de obra, constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 16/02/1971, tendo em vista o Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, constante do Anexo VII deste Edital, bem assim as condições previstas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021;
- 2.4 - Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.
- 2.5 - A participação na sessão pública da internet dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.
- 2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabela de Notas;
- 2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;
- 2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:
- 2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.
- 2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.8 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991, e alterações, e nos artigos 108, 110, 111, e 112, da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17/10/2022, a licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, optante pelo Simples Nacional, que, porventura, venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem os artigos 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.
- 2.8.1 - A licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura, venha a ser contratada, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do §1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.
- 2.8.2 - Caso a licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil -



RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no artigo 29, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.

2.8.3 - A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o artigo 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, conforme dispõe o artigo 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

### **3 - DO CREDENCIAMENTO**

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

### **4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, no VALOR TOTAL ANUAL, conforme Planilha de Especificações e Formação de Preços, constante do Anexo II deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.



- 4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## **5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 – Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.1.6 Planilha detalhada da composição do custo e formação do preço final de cada categoria profissional (remuneração, encargos sociais, insumos e demais componentes), conforme modelos de planilhas constantes do Anexo II – Planilhas de Preços deste edital;

5.1.6.1 – A Planilha detalhada da composição do custo e formação do preço final das categorias profissionais (remuneração, encargos sociais, insumos e demais componentes) e dos materiais de reposição serão elaboradas conforme modelos de planilhas constantes do Anexo II deste Edital;

5.1.6.2 – Os salários normativos, bem como os benefícios vigentes utilizados como base para preenchimento da Proposta Comercial, na data prevista para a abertura da licitação, deverão atender Acordo/Convenção Coletiva de Trabalho para as categorias de Oficial Gráfico de Impressão Off-Set e Oficial Gráfico de Montagem e Acabamento, representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas no Município do Rio de Janeiro - STIGMRJ, reconhecidas pelo Ministério do Trabalho, devidamente homologada, ou a que lhe suceder, na hipótese de inexistência de Acordo Coletivo de Trabalho específico;

5.1.6.3 - O preços serão apresentados em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilhas de Formação de Preços, constante do Anexo II deste edital;

5.1.7 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes à prestação dos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;



5.1.8 - O preenchimento dos percentuais encontrados na Planilha de Formação de Preços nos termos da legislação pertinente;

5.1.9 - O valor da hora extra dos profissionais que compõem o efetivo;

5.1.9.1 - Os valores de hora extra não integram as Planilhas de Formação de Preços.

5.1.9.2 - A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta a memória de cálculo das horas-extras.

5.1.10 - Preenchimento das planilhas de modo que as empresas optantes pelo SIMPLES não sejam beneficiadas da condição de optante, havendo de ser desconsiderado o tratamento tributário diferenciado;

5.1.11 - Cópia do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho utilizado como base para formulação da proposta.

5.1.12 - O valor da remuneração dos empregados terceirizados, de modo que não seja inferior ao previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou ainda, se for o caso, ao fixado pela Administração.

5.1.13 - Os preços dos custos de vale alimentação/refeição e de vale-transporte dos empregados terceirizados.

5.1.13.1 - O pagamento de vale alimentação/refeição e de vale-transporte será obrigatório, ainda que não esteja previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

5.1.13.2 - O fornecimento de alimentação no local de trabalho, caso previsto em Acordo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho, será possível, tendo em vista a possibilidade de disponibilização de refeitório para o efetivo a ser alocado nos prédios do Contratante.

5.1.14 - Prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.15 - Prazo de vigência do contrato: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado na forma autorizada pelo art. 107 da lei nº 14.133/21;

5.1.16 - Conceder Adicional para as categorias profissionais, conforme o caso (insalubridade ou periculosidade), de acordo com os percentuais indicados na CCT da categoria profissional, se houver, ou em qualquer outro documento oficial:

5.16.1 - Ficará a cargo da CONTRATADA, providenciar a realização de Laudo Pericial anual, devendo o primeiro ocorrer, em até 30 (trinta), dias após a assinatura do contrato.

5.16.2 - O CONTRATANTE não efetuará o pagamento à CONTRATADA dos valores referentes aos adicionais de insalubridade até que o Laudo Pericial anual seja entregue à FISCALIZAÇÃO.

5.16.3 - Caso seja prorrogado o contrato, ficará a cargo da CONTRATADA providenciar a realização de Laudo Pericial anual para continuidade do pagamento do referido Adicional.



- 5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.14 e 5.1.15, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.
- 5.3 - Depois de solicitada pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a proposta de preços da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos de habilitação complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, através do próprio Sistema Compras.gov.br.
- 5.3.1- O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e dos documentos complementares de habilitação.
- 5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no Compras.gov.br e o disposto no Anexo I -Termo de Referência, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.
- 5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:
- 5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;
  - 5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
  - 5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
  - 5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

## **6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

- 6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.
- 6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.



- 6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.
- 6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.
- 6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta na qual não tenha sido demonstrada a viabilidade da execução do objeto por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.
- 6.9 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.
- 6.10 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.
- 6.11 - O preço máximo unitário por profissional deverá observar o modelo de planilha constante do Anexo II.

## **7 - DA COMPETITIVIDADE (Formulação de Lances)**

- 7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.
- 7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **VALOR TOTAL ANUAL** do objeto desta licitação (**VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA - ANEXO II**), sob pena de desclassificação.
- 7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.
- 7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.





7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$200,00 ( duzentos reais), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, após realizado o procedimento previsto no subitem 8.4, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



## 8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL (VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA CONSTANTE DO ANEXO II)** desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.4.3 - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.4, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 8.4.4 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 8.4.5 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 8.5 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



- 8.6 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:
- 8.6.1 - disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
  - 8.6.2 - avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na lei;
  - 8.6.3 - desenvolvimento pelas licitantes de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme artigo 5º, do Decreto nº 11.430/2023;
  - 8.6.4 - desenvolvimento pelas licitantes de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.7 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por: (artigo 60, §1º, da Lei nº 14.133/2021)
- 8.7.1 - empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;
  - 8.7.2 - empresas brasileiras;
  - 8.7.3 - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 8.7.4 - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no item 8.4 deste Edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.
- 8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL (VALOR TOTAL DA PLANILHA TOTALIZADORA - ANEXO II)** observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.10 - Na hipótese de a proposta de menor preço total não ser aceitável ou se a licitante vencedora não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.



8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame pelo pregoeiro.

8.15 - Após a adjudicação do objeto, a autoridade superior homologará o certame.

## **9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº8429/92.

9.1.2 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

### **9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso



de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

- 9.2.3 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio.

**9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- 9.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019 e 103/2021);
- 9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
- 9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;
- 9.3.8 - A consulta on-line deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.
- 9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).
- 9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Compras.gov.br, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
- 9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.



- 9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;
- 9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;
- 9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.
- 9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.
- 9.4.6 - Declaração independente de proposta.
- 9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.4.8 - Declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, em conformidade com o subitem 10.2.
- 9.4.9 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.
- 9.4.10 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.
- 9.4.11 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.
- 9.4.12 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.11, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

## 9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.



9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de, pelo menos, 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica, para a qual a licitante tenha prestado serviços gráficos, por meio de alocação de mão de obra especializada.

9.5.2 - Serão aceitos atestados distintos para a comprovação da qualificação técnico operacional.

9.5.3 - Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

9.5.4 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

#### **9.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

9.6.1 - Balanço Patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, salvo se a licitante tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos

9.6.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa aos últimos 2 (dois) exercícios sociais, salvo se a licitante tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.6.3 - Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, datadas de até 90 (noventa) dias anteriores à apresentação da proposta de preços.

9.6.4 - Os documentos exigidos nos subitens 9.6.1 a 9.6.2 deverão comprovar:

9.6.7.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

9.6.7.1.1 - A comprovação dos índices econômicos pode ser substituída pelos registros respectivos consignados no SICAF ou por declaração assinada por profissional habilitado da área contábil;

**10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
----------------------	-------	---------------------



02.061.0033.4257.6013	168.413 - JC	33.90.37.01 – Apoio administrativo, técnico e operacional
-----------------------	--------------	---

## 11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 11.1 - O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento", e no sítio: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.
- 11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para [cpl@trf2.jus.br](mailto:cpl@trf2.jus.br), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura do certame, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.
- 11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.
- 11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

## 12 - DOS RECURSOS

- 12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 12.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.





- 12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

### **13 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS**

- 13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante classificada em primeiro lugar será convocada para assinatura do instrumento contratual junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

13.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

- 13.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

- 13.3 - No ato da assinatura do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta on-line junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

- 13.4 - Ao assinar o instrumento contratual, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços e entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

- 13.5 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

- 13.6 - A recusa injustificada da licitante classificada em assinar o instrumento contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

- 13.7 Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa Contratada a prestação de garantia, de acordo com as modalidades elencada no artigo 96, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/21, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato a ser firmado.

- 13.7.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante, exceto o seguro-garantia, que será observado o disposto no §3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

- 13.7.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



13.7.2.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

13.7.2.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

13.7.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

13.7.2.4 - Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

13.7.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

13.7.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza ao TRF - 2ª Região a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

13.7.4.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 13.7.4 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

13.7.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 13.7.4 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

13.7.4.3 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

13.7.5 - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF - 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

13.7.6 - A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

13.7.7 - Será considerada extinta a garantia:

13.7.7.1- Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

13.7.7.2 - Com a extinção do contrato.

13.7.8 - O TRF - 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

13.7.8.1 - Caso fortuito ou força maior;

13.7.8.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TRF - 2ª Região;



13.7.8.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

13.7.8.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TRF - 2ª Região;

13.7.9 - Caberá ao TRF - 2ª Região apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens; 13.7.8.3 e 13.7.8.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo;

13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo V do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato.

13.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09, de 06/12/2005.

13.9.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VI do presente Edital;

13.10 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

13.10.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) empregado(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VII do presente Edital e da apresentação das certidões mencionadas na aludida Declaração;

13.11 - O prazo máximo para apresentação das declarações e certidões mencionadas nos subitens 13.10.1 e 13.10.1 será de 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.



13.12 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

13.12.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

#### **14 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO:**

14.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

14.1.1 - Provisoriamente – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

14.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para serviços comuns, e 5 (cinco) dias úteis para serviços com alocação de mão de obra, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

14.2 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

14.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

14.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990.

#### **15 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

15.1 - O pagamento será efetuado, mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, da seguinte maneira, da seguinte maneira:



15.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

15.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

15.1.3 - Para fins do disposto no item 15.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

15.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

15.2.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do TRF - 2ª Região;

15.2.1.1 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo TRF - 2ª Região, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor.

15.2.3 - A folha de pagamento e os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;

15.2.4 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

15.2.5 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

15.2.6 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

15.2.7 - Comprovações de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do TRF - 2ª Região, correspondente ao mês do documento fiscal;

15.2.7.1 - A comprovação da entrega de vale-transporte será feita com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada funcionário, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela Contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do contrato, contendo o valor do vale-transporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários;



15.2.8 - Comprovantes de auxílio alimentação/refeição dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

15.2.8.1 - A comprovação da entrega de auxílio alimentação/refeição dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.

15.2.9 - Quadro resumo de frequências e faltas referentes ao mês;

15.2.10 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;

15.2.11 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador, com a devida homologação pela entidade sindical, se for o caso;

15.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Edital e no Contrato;

15.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU e artigo 91, §4º, da Lei nº 14.133/2021).

15.4.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

15.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

15.6 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

15.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

15.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 15.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

15.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela



variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização."

**16 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:**

16.1 - A disciplina relativa ao recolhimento dos encargos trabalhistas está prevista no Contrato - Anexo VII deste Edital.

**17 - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE**

17.1 - A disciplina relativa à repactuação e ao reajuste de preços está prevista no Contrato - Anexo VII deste Edital.

**18 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO**

18.1 - A disciplina relativa à fiscalização do contrato está prevista no Contrato - Anexo VII deste Edital.

**19 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

19.1 - A disciplina relativa às obrigações da Contratada está prevista no Contrato - Anexo VII deste Edital.

**20 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

20.1 - A disciplina relativa às obrigações do Contratante está prevista no Contrato - Anexo VII deste Edital.

**21 - DAS SANÇÕES**

21.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

21.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

21.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

21.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

21.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

21.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



21.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

21.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

21.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

21.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

21.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

21.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

21.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

21.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais;

21.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 21.1.8, 21.1.9, 21.1.10, 21.1.11 e 21.1.12 acima, bem como nos subitens 21.1.2, 21.1.3, 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6 e 21.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 21.2.2.

**21.2.3.1** - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos ficará impedido pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.2.4 - Multa:

21.2.4.1 - Quando do descumprimento de obrigações específicas e gerais constantes do Edital, a Contratada estará sujeita à penalidade de multa entre 0,5% e 1,0% do valor do contrato, por item obrigatório descumprido, limitada ao percentual máximo de 2%, se descumprido mais de 1 (um) item obrigatório concomitantemente, caso não sejam acatadas as justificativas apresentadas.

21.2.4.2 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.





21.2.4.3 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

21.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

21.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

21.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

21.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

21.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,02% e 0,5%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

21.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

21.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



- 21.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.
- 21.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia .
- 21.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 21.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.
- 21.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **22 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS**

- 22.1 - A disciplina relativa ao Instrumento de Medição de Resultados - IMR está prevista no Contrato - Anexo X deste Edital.

## **23 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 23.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificados no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- 23.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 23.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90, da Lei nº 14.133/2021.



23.3 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

23.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: [www.trf2.jus.br](http://www.trf2.jus.br), opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

23.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

23.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

23.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

23.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

23.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 23.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

23.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

Rio de Janeiro, 07 de julho de 2023

Francisco Luís Duarte

Pregoeiro





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº TRF2-TER-2023/00250

01. DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1 - Serviços gráficos de impressão offset, ou seja, impressão indireta em chapa metálica, impressão digital, método de impressão de uma imagem digital diretamente para uma variedade de mídias e montagem e acabamento, processo de finalização de uma produção gráfica. Serão executados da alocação de mão de obra especializada, com conhecimento em informática, para operar equipamentos mecânicos e digitais, atendendo, assim, a demanda do TRF 2ª Região, EMARF, CCJF, Seção Judiciária do Rio de Janeiro e Seção Judiciária do Espírito Santo. Os profissionais prestarão serviço na Rua do Acre, 80 – sala 405 e na Rua Visconde de Inhaúma, 68, ambas no Centro, nesta Cidade. SIASG 24511

1.2 - DO EFETIVO:

ITEM	PRESTADORES DE SERVIÇO	SIASG	QUANTITATIVO
01	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO <i>OFFSET</i>	24511	02
02	OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO	24511	03
03	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL	24511	01
TOTAL			06

1.3 - DAS CARACTERÍSTICAS DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

1.3.1 – OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO *OFF-SET*:

1.3.1.1 - Perfil profissional: impressor de máquina *off-set* com experiência no exercício das funções relacionadas no subitem 2.1.2 de, no mínimo, 04 (*quatro*) anos.

1.3.1.2 – Das atribuições:

2.1.2.1 - Efetuar a impressão de publicações e impressos, através de equipamento *off-set* (*HEIDELBERG GTO 52 MONOCOLOR E QUATRO CORES*), inclusive em policromia, sempre observando os perfis de cores previamente definidos na arte final;

2.1.2.2 - Gerar chapas offset em sistema informatizado CTP (*computer to plate*);

Classif. documental	30.01.01.01
---------------------	-------------



TRF2CAP202316215

PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

2.1.2.3 - Lubrificar e regular os componentes mecânicos dos equipamentos *off-set*, bem como indicar a necessidade, quando for o caso, de manutenção corretiva;

2.1.2.4 - Manter os equipamentos e o local de trabalho asseados e ordenados;

2.1.2.5 - Desempenhar quaisquer outras atividades relacionadas à impressão *off-set* indicadas pelo Contratante.

1.3.2 – OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO:

1.3.2.1 - Perfil profissional: experiência no exercício das funções relacionadas no subitem 2.2.2 de, no mínimo, 04 (*quatro*) anos.

1.3.2.2 – Das atribuições:

2.2.2.1 - Operar guilhotina elétrica para corte de papéis em formatos padronizados;

2.2.2.2 - Picotar, serrilhar, vincar, fazer meio corte e refilar impressos;

2.2.2.3 - Alcear e grampear folhas;

2.2.2.4 - Realizar o acabamento de publicações em espiral e *wire-o* (garra duplo anel);

2.2.2.5 - Montar blocos;

2.2.2.6 - Colar capas ao miolo de publicações;

2.2.2.7 – Lubrificar e regular os equipamentos inerentes ao seu serviço, bem como indicar a necessidade, quando for o caso, de manutenção corretiva;

2.2.2.8 - Realizar o acabamento de *banners*;

2.2.2.9 - Manter os equipamentos e o local de trabalho asseados e ordenados;

2.2.2.10 - Aplicar recortes em vinil adesivo;

2.2.2.11 - Desempenhar quaisquer outras atividades relacionadas à montagem e acabamento indicadas pelo Contratante.

1.3.2.3 – Equipamentos de acabamento disponíveis atualmente na gráfica do TRF

Quantidade	Descrição
e	

01	Guilhotina Guarani CN/V 82
----	----------------------------

02	Grampeadeira Miruna
----	---------------------



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

- 01 Perfuradora de Papel *Espiramatic* elétrica modelo *Minimax* L 64 – *Lassane* (espiral)
- 02 Perfuradora de Papel *Perfuramax* elétrica – *Lassane* elétrica – *Lassane* – 50 cm
- 02 Fechadoras de duplo anel elétrica *Lassane* – 50 cm
- 01 Vincadeira modelo picotadeira rotativa B5 A. *Baumhak*
- 01 Dobradeira Mecanográfica PS-650
- 01 Máquina de furar papéis Ma NGF 7 *Numergraf*

1.3.3 – OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL:

1.3.3.1 - Perfil profissional: formação de nível superior (Tecnólogo ou curso Sequencial) na área de informática ou design gráfico e experiência no exercício das funções relacionadas no subitem 2.3.2 de, no mínimo, 04 (*quatro*) anos, excetuando-se o período de estágio.

1.3.3.2 – Das atribuições:

1.3.3.2.1- Domínio de impressões em equipamentos digitais, de quaisquer características técnicas, tais como: impressora a *laser* (PB e colorida); fotocopadora (PB e colorida); *plotter* de impressão de pequenos e grandes formatos; *plotter* de recorte, impressora de crachás, impressora a jato de tinta e SISTEMA CTP (Computer to Plate de geração de chapas offset);

1.3.3.2.2– Realizar acabamento de *banners*;

1.3.3.2.3– Domínio em manutenção dos referidos equipamentos, no que diz respeito à reposição de tinta, papel, vinil, filme adesivo, PVC e peças de uso comum, que não requeiram preparo técnico específico;

1.3.3.2.4 - Conhecimento em promover saídas de impressão através de ambiente em rede;

1.3.3.2.5 - Conhecimentos em programas específicos, como *Corel Draw*, *In Design*, *Illustrator*, e de uso geral, como *Word*, *Excel*, *PowerPoint* e *Access*;

1.3.3.2.6 - Conhecimento em programas aplicativos citados sobre o ambiente operacional *Windows* conectado em rede local;

1.3.3.2.7 – Domínio dos padrões técnicos utilizados em gráficas, tais como: escala de cores; características de papéis; nomenclaturas aplicadas no ramo gráfico e outros inerentes a essa natureza;



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1.3.3.2.8 – Domínio dos procedimentos de gerenciamento e calibração de cores nos diversos periféricos de entrada e saída (monitor de vídeo, impressoras);

1.3.3.2.9 – Domínio de software gerador de crachá em PVC;

1.3.3.2.10 – Lubrificar, regular e calibrar os equipamentos inerentes ao seu serviço, bem como indicar a necessidade, quando for o caso, de manutenção corretiva;

1.3.3.2.11 - Manter os equipamentos e o local de trabalho asseados e ordenados;

1.3.3.2.12 - Desempenhar quaisquer outras atividades relacionadas à impressão digital indicadas pelo Contratante.

1.3.3.3 – Equipamentos de impressão digital disponíveis atualmente na gráfica do TRF

**Quantidade Descrição**

01 *Plotter* HP Designjet 800PS

01 Impressora de crachás Fargo HDP 5000

01 *Plotter* de Recorte *Roland* SP-540v

**02. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

2.1 - Necessita-se de mão de obra especializada, com disponibilidade integral, para atender as demandas de impressão e acabamento de peças gráficas direcionadas a este setor.

**03. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1- Solução escolhida: Contratação de mão de obra para prestação de atividades especializadas em serviços gráficos.

3.2- A contratação da mão de obra especializada justifica-se para a operação de equipamentos complexos que necessitam de conhecimento para operá-los e também pelo pronto e efetivo atendimento ao alto volume de requisições de serviços gráficos dos setores e órgãos da Justiça Federal da 2ª Região. Ressalta-se que todo o material de comunicação visual impresso é produzido em todas as etapas na gráfica com rapidez na entrega, o que justifica a presença de profissionais diariamente neste E. Tribunal.

**04. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

4.1 – A execução do serviço implica conhecimentos especializados para operacionalizar as máquinas da gráfica. Entende-se que tais conhecimentos podem ser objetivamente comprovados por meio de experiência prévia na função, imprescindível para manter o



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

bom funcionamento das máquinas e evitar o refazimento de trabalhos, e, consequentemente, o desperdício de insumos, por motivo de erro. Sugere-se por essa razão a experiência mínima de 5 anos.

4.2 – Por se tratar com manuseio direto de produtos químicos, máquinas industriais e materiais tóxicos, considera-se essencial que a Contratada forneça orientações de saúde e segurança no trabalho bem como forneça equipamento de segurança.

4.3 - Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

4.3.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de, pelo menos, 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica, para a qual a licitante tenha prestado serviços gráficos, por meio de alocação de mão de obra especializada.

4.4- A Contratada deverá, no prazo de 30 (trinta) dias após o início da prestação dos serviços, providenciar perícia, a ser realizada por Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, devidamente registrado no respectivo Conselho Profissional, atestando o grau de insalubridade (máximo, médio ou mínimo), quando for o caso, bem como se a atividade apontada como insalubre consta da relação da NR-15 do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 192 da CLT e NR-15, aprovada pela Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando o pagamento do adicional de insalubridade condicionado à realização da referida perícia (TCU, Acórdão 727/2009, Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, DOU de 20.04.2009).

4.5 - Constatada a insalubridade dos serviços objeto da presente contratação, através do laudo elaborado com base na perícia supra, a Contratada se obriga a pagar, desde o início da vigência do Contrato, o respectivo adicional ao(s) empregado(s) alocado(s) na prestação dos serviços.

4.6- O pagamento do adicional, na forma acima, ensejará o direito ao reequilíbrio econômico do contrato nos termos do art. 124, inc. II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.7 - Os custos para realização da perícia supra serão de inteira responsabilidade da Contratada.

#### **05. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS):**

5.1 - Prosseguimento nos atendimentos das demandas destinadas a comunicação institucional através das produções gráficas e editoriais do TRF 2ª Região e Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

#### **06. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:**

O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório. São atribuições da Fiscalização:

6.1- Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas





PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

6.2 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

6.3- Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

6.4- Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.

6.5 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.

6.6 - A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto utilizando o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme modelo previsto no item 11 deste Termo de Referência devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.7 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais

**07. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

7.1 - O pagamento será efetuado, mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, da seguinte maneira:

7.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

7.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

7.1.3 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da Contratada estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

7.1.3.1 - Do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11/01/2012, conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

7.1.3.2 - Da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17/10/2022, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

7.1.3.3 - Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação distrital ou municipal pertinente.

7.1.4 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

7.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

7.2.1 Comprovante de regularidade perante a Fazenda Nacional (CND), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e a Justiça do Trabalho (CNDT);

7.2.2 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do TRF - 2ª Região;

7.2.2.1 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo TRF - 2ª Região, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor.

7.2.3 - A folha de pagamento, bem como os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;

7.2.4 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

7.2.5 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

7.2.6 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

7.2.7 - Comprovantes de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do TRF - 2ª Região, correspondente ao mês do documento fiscal;

7.2.7.1 - A comprovação da entrega de vale-transporte será feita com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada funcionário, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela Contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do contrato, contendo o valor do vale-transporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários;

7.2.8 - Comprovantes de auxílio alimentação/refeição dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

7.2.8.1 - A comprovação da entrega de auxílio alimentação/refeição dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.

7.2.9 - Quadro resumo de frequências e faltas referentes ao mês;

7.2.10 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;

7.2.11 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador, com a devida homologação pela entidade sindical, se for o caso;

7.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Edital e no Contrato;

7.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

7.4.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

7.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.6 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

7.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

7.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

7.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

#### **08. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

8.1- Trata-se de serviço comum a ser contratado por meio de pregão, pelo critério de menor preço.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

**09. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:**

9.1- O orçamento prévio relativo à presente contratação consta da planilha em anexo.

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

10.1- Consta a contratação no Plano Anual de Contratações de 2023 sob o ID BC01

**11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):**

11.1- A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

11.2- O não atendimento do IMR e a consequente redução do valor a ser faturado não inibe a aplicação das demais penalidades previstas no Edital e anexos.

11.3- Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à Contratada, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às tabelas 1,2 e 3 abaixo.

11.4- A falha na execução do Contrato estará configurada quando a contratada enquadrar-se em pelo menos 01 (uma) das situações previstas na Tabela 3 abaixo, respeitada a graduação de infrações conforme Tabela 1 deste item, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

Tabela 01

**GRAU DA INFRAÇÃO PONTOS DA INFRAÇÃO**

1	2
2	3
3	4
4	5
5	8



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

11.5- Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração poderá aplicar multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 02

GRAU CORRESPONDÊNCIA (R\$)

1	300,00
2	500,00
3	700,00
4	900,00
5	2.000,00

Tabela 03

IT E M	DESCRIÇÃO	INCIDÊNCIA	G R A U
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	Por empregado e por ocorrência	1
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	Por empregado e por dia	1
3	Executar serviço incompleto, paliativo, provisório como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar	Por ocorrência	2



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratados.	Por dia e por tarefa designada	5
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	Por ocorrência	3
6	Utilizar as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	Por ocorrência	5
7	Recusar a execução de serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado.	Por ocorrência	5
8	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais.	Por ocorrência	5
9	Retirar das dependências do TRF quaisquer equipamentos ou materiais de consumo previstos em contrato, sem autorização prévia.	Por item e por ocorrência	1
10	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE.	Por empregado e por dia	4

**PARA OS ITENS SEGUINTE DEIXAR DE :**

Tabela 03

I T E M	DESCRIÇÃO	INCIDÊN CIA	G R A U
1	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal.	Por empregado e por dia	1
1	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	Por empregado e por dia	1

11



TRF2CAP202316215

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

1 3	Manter a documentação de habilitação atualizada.	Por item e por ocorrência	1
1 4	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO.	Por ocorrência	1
1 5	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários	Por ocorrência	1
1 6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO.	Por ocorrência	2
1 7	Efetuar a reposição de funcionários faltosos	Por ocorrência	2
1 8	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas.	Por mês	5
1 9	Efetuar os recolhimentos das contribuições sociais da Previdência Social ou do FGTS.	Por mês	5
2 0	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista, previdenciária e outros documentos necessários à comprovação do cumprimento dos demais encargos trabalhistas.	Por ocorrência e por dia	2
2 1	Entregar o uniforme aos empregados a cada 6 (seis) meses.	Por empregado e por dia	1
2 2	Creditar os salários nas contas bancárias dos empregados, em agências localizadas na cidade local da prestação dos serviços ou em outro definido pela Administração.	Por ocorrência e por dia	1
2 3	Entregar ou entregar com atraso ou incompleta documentação exigida em cláusula específica do contrato - DOCUMENTAÇÃO FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.	Por ocorrência e por dia	1



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

- 2 Entregar ou entregar com atraso os esclarecimentos formais solicitados  
4 para sanar as inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise  
da documentação exigida por força do contrato. Por ocorr<sup>2</sup>  
ência e  
por dia
- 2 Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus  
5 empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los Por empr  
egado e  
por ocorrê<sup>2</sup>  
ncia
- 2 Cumprir quaisquer dos itens do contrato e seus anexos não previstos  
6 nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela  
unidade fiscalizadora. Por item  
e por ocor<sup>3</sup>  
rência

**12. ANÁLISE DE RISCOS:**

<b>Risco 01</b>	Atraso ou suspensão no processo licitatório em face de impugnações.
<b>Probabilidade:</b>	Média
<b>Impacto:</b>	Alto
<b>Dano 1:</b>	Atraso na contratação acarretará a suspensão de produção de materiais gráficos essenciais à comunicação da Justiça Federal.

<b>i</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
<b>d</b>		
1	Detalhamento com clareza das atribuições e formação dos profissionais e dos conhecimentos de ferramentas necessárias para produção das artes.	Setor responsável pelo serviço
<b>i</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
<b>d</b>		
1	Alocação do setor responsável pelo serviço na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.	Coordenação da COOPGRA
2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.	Administração TRF





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

<b>Risco 2</b>	Especificação Insuficiente para os serviços
<b>Probabilidade</b>	Baixa
<b>Impacto</b>	Alto
<b>Dano 1:</b>	Profissionais sem a formação e experiência necessárias para atender a demanda de produção visual da Justiça Federal.

<b>i d</b>	<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
1	Solicitação de comprovação de formação e experiência dos candidatos.	Setor responsável pelo serviço
<b>i d</b>	<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
1	Rescisão contratual e abertura de novo processo licitatório.	Setor responsável pelo serviço

ALTA

MÉDI  
A

Risco 1

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA

BAIXA

Risco 2

BAIX MÉDI ALTA  
A A

GRAVIDADE / IMPACTO

13. ANEXOS:

Rio de Janeiro, 28 de junho de 2023.



PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO

SORAYA MARINHO GARCIA  
Assistente IV  
COORDENADORIA DE PRODUÇÃO GRÁFICA E VISUAL

ALFREDO DE ANDRADE BOTTINO  
Assessor(a)-Chefe  
ASSESSORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E CERIMONIAL

JOSÉ RICARDO DE ALMEIDA HORTA  
Coordenador(a)  
COORDENADORIA DE PRODUÇÃO GRÁFICA E VISUAL



ANEXO II  
PLANILHA DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2023  
Proc. nº TRF2-EOF-2022/0306  
Anexo II A - PLANILHAS DE MÃO DE OBRA

Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFFSET		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal
A	Salário base	R\$ 3.269,15
B	Adicional de periculosidade	R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade	R\$ 264,00
D	Adicional noturno (20%)	R\$ 0,00
E	Hora Noturna Reduzida	R\$ 0,00
F	Outros (especificar)	R\$ 0,00
G	Outros (especificar)	R\$ 0,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 3.533,15
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR R\$
A	Transporte	R\$ 162,95
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 401,31
C	Assistência médica e familiar	R\$ 0,00
D	Benefício Social Familiar	R\$ 0,00
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 0,00
F	Outros	R\$ 0,00
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 564,26
Módulo 03 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR R\$
A	Uniformes	R\$ 15,97
B	Materiais	R\$ 0,00
C	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	R\$ 0,00
D	EPI	R\$ 13,97
E	Outros (especificar)	R\$ 0,00
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		R\$ 29,94
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas		
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		VALOR R\$
A	INSS	R\$ 706,63
B	SESI ou SESC	R\$ 53,00
C	SENAI ou SENAC	R\$ 35,33
D	INCRA	R\$ 7,07
E	Salário-educação	R\$ 88,33
F	FGTS	R\$ 282,65
G	Seguro acidente do trabalho	R\$ 70,66
H	SEBRAE	R\$ 21,20
TOTAL		R\$ 1.264,87
Submódulo 4.2 – 13º Salário		VALOR R\$
A	13º Salário	R\$ 321,16
B	Adicional de Férias	R\$ 107,05
Subtotal		R\$ 428,22
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	R\$ 153,30
TOTAL		R\$ 581,52
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	R\$ 1,06



B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01%	R\$ 0,38
<b>TOTAL</b>		<b>0,04%</b>	<b>R\$ 1,44</b>
<b>Submódulo 4.4 – Rescisão</b>		<b>%</b>	<b>VALOR R\$</b>
A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 14,73
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 1,06
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,015%	R\$ 0,53
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 68,68
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,69%	R\$ 24,59
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,35
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 154,05
<b>TOTAL</b>		<b>7,47%</b>	<b>R\$ 264,00</b>
<b>Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente</b>		<b>%</b>	<b>VALOR R\$</b>
A	Férias	9,09%	R\$ 321,16
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 58,65
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,71
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 28,97
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 1,06
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
<b>Subtotal</b>		<b>11,62%</b>	<b>R\$ 410,55</b>
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,16%	R\$ 146,98
<b>TOTAL</b>		<b>15,78%</b>	<b>R\$ 557,53</b>
<b>Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas</b>			
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>		<b>%</b>	<b>VALOR R\$</b>
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 1.264,87
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 581,52
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 1,44
4.4	Custo de rescisão	7,46%	R\$ 264,00
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 557,53
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>		<b>75,54%</b>	<b>R\$ 2.669,35</b>
<b>(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)</b>			<b>R\$ 6.796,70</b>
<b>Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro</b>			
<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>		<b>%</b>	<b>VALOR R\$</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 339,84
B	Lucro	6,79%	R\$ 484,57
C	Tributos		R\$ 7.621,11
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 8.887,59
	C1. PIS	1,65%	R\$ 146,65
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 675,46
	C3. ISS	5,00%	R\$ 444,38
<b>Total dos tributos</b>		<b>14,25%</b>	<b>R\$ 1.266,48</b>
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 2.090,89</b>
<b>TOTAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL – OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFFSET</b>			
<b>Descrição</b>		<b>PREÇO (R\$)</b>	
I – Composição da Remuneração		R\$ 3.533,15	
II – Benefícios mensais e diários		R\$ 564,26	
III – Insumos diversos		R\$ 29,94	
IV – Encargos sociais e trabalhistas		R\$ 2.669,35	
<b>Subtotal (I + II + III + IV)</b>		<b>R\$ 6.796,70</b>	
V – Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 2.090,89	
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ 8.887,59</b>	



Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: OFICIAL GRÁFICO MONTAGEM E ACABAMENTO		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal
A	Salário base	R\$ 3.269,15
B	Adicional de periculosidade	R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade	R\$ 264,00
D	Adicional noturno (20%)	R\$ 0,00
E	Hora Noturna Reduzida	R\$ 0,00
F	Outros (especificar)	R\$ 0,00
G	Outros (especificar)	R\$ 0,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 3.533,15
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR R\$
A	Transporte	R\$ 162,95
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 401,31
C	Assistência médica e familiar	R\$ 0,00
D	Benefício Social Familiar	R\$ 0,00
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 0,00
F	Outros	R\$ 0,00
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 564,26
Módulo 03 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR R\$
A	Uniformes	R\$ 15,97
B	Materiais	R\$ 0,00
C	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	R\$ 0,00
D	EPI	R\$ 3,19
E	Outros (especificar)	R\$ 0,00
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		R\$ 19,16
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas		
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		VALOR R\$
A	INSS	20,00% R\$ 706,63
B	SESI ou SESC	1,50% R\$ 53,00
C	SENAI ou SENAC	1,00% R\$ 35,33
D	INCRA	0,20% R\$ 7,07
E	Salário-educação	2,50% R\$ 88,33
F	FGTS	8,00% R\$ 282,65
G	Seguro acidente do trabalho	2,00% R\$ 70,66
H	SEBRAE	0,60% R\$ 21,20
TOTAL		35,80% R\$ 1.264,87
Submódulo 4.2 – 13º Salário		VALOR R\$
A	13º Salário	9,09% R\$ 321,16
B	Adicional de Férias	3,03% R\$ 107,05
Subtotal		12,12% R\$ 428,22
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34% R\$ 153,30
TOTAL		16,46% R\$ 581,52
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03% R\$ 1,06
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01% R\$ 0,38
TOTAL		0,04% R\$ 1,44
Submódulo 4.4 – Rescisão		VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42% R\$ 14,73
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03% R\$ 1,06



C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,015%	R\$ 0,53
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 68,68
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,69%	R\$ 24,59
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,35
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 154,05
<b>TOTAL</b>		<b>7,47%</b>	<b>R\$ 264,00</b>
<b>Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente</b>		<b>%</b>	<b>VALOR R\$</b>
A	Férias	9,09%	R\$ 321,16
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 58,65
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,71
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 28,97
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 1,06
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 410,55
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	<b>4,16%</b>	<b>R\$ 146,98</b>
<b>TOTAL</b>		<b>15,78%</b>	<b>R\$ 557,53</b>
<b>Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas</b>			
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>		<b>%</b>	<b>VALOR R\$</b>
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 1.264,87
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 581,52
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 1,44
4.4	Custo de rescisão	7,46%	R\$ 264,00
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 557,53
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>		<b>75,54%</b>	<b>R\$ 2.669,35</b>
<b>(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)</b>			<b>R\$ 6.785,92</b>
<b>Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro</b>			
<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>		<b>%</b>	<b>VALOR R\$</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 339,30
B	Lucro	6,79%	R\$ 483,80
C	Tributos		R\$ 7.609,02
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 8.873,49
	C1. PIS	1,65%	R\$ 146,41
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 674,39
	C3. ISS	5,00%	R\$ 443,67
Total dos tributos		14,25%	R\$ 1.264,47
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 2.087,57</b>
<b>TOTAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL – OFICIAL GRÁFICO MONTAGEM E ACABAMENTO</b>			
<b>Descrição</b>		<b>PREÇO (R\$)</b>	
I – Composição da Remuneração		R\$ 3.533,15	
II – Benefícios mensais e diários		R\$ 564,26	
III – Insumos diversos		R\$ 19,16	
IV – Encargos sociais e trabalhistas		R\$ 2.669,35	
Subtotal (I + II + III + IV)		R\$ 6.785,92	
V – Custos indiretos, tributos e lucro		R\$ 2.087,57	
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>		<b>R\$ 8.873,49</b>	



Módulo 01 – Mão de obra - Remuneração		
Categoria Profissional: OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL		
Composição da Remuneração		Valor Unitário Mensal
A	Salário base	R\$ 3.269,15
B	Adicional de periculosidade	R\$ 0,00
C	Adicional de insalubridade	R\$ 264,00
D	Adicional noturno (20%)	R\$ 0,00
E	Hora Noturna Reduzida	R\$ 0,00
F	Outros (especificar)	R\$ 0,00
G	Outros (especificar)	R\$ 0,00
TOTAL DA REMUNERAÇÃO		R\$ 3.533,15
Módulo 02 – Benefícios mensais e diários		
Benefícios Mensais e Diários		VALOR R\$
A	Transporte	R\$ 162,95
B	Auxílio alimentação (refeição, cesta básica)	R\$ 401,31
C	Assistência médica e familiar	R\$ 0,00
D	Benefício Social Familiar	R\$ 0,00
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	R\$ 0,00
F	Outros	R\$ 0,00
TOTAL DE BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS		R\$ 564,26
Módulo 03 – Insumos Diversos		
Insumos Diversos		VALOR R\$
A	Uniformes	R\$ 0,00
B	Materiais	R\$ 0,00
C	Equipamentos e Ferramentas (depreciação)	R\$ 0,00
D	EPI	R\$ 2,01
E	Outros (especificar)	R\$ 0,00
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS		R\$ 2,01
Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas		
Submódulo 4.1 – Encargos previdenciários e FGTS		VALOR R\$
A	INSS	20,00% R\$ 706,63
B	SESI ou SESC	1,50% R\$ 53,00
C	SENAI ou SENAC	1,00% R\$ 35,33
D	INCRA	0,20% R\$ 7,07
E	Salário-educação	2,50% R\$ 88,33
F	FGTS	8,00% R\$ 282,65
G	Seguro acidente do trabalho	2,00% R\$ 70,66
H	SEBRAE	0,60% R\$ 21,20
TOTAL		35,80% R\$ 1.264,87
Submódulo 4.2 – 13º Salário		VALOR R\$
A	13º Salário	9,09% R\$ 321,16
B	Adicional de Férias	3,03% R\$ 107,05
Subtotal		12,12% R\$ 428,22
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Férias	4,34% R\$ 153,30
TOTAL		16,46% R\$ 581,52
Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade		VALOR R\$
A	Afastamento maternidade	0,03% R\$ 1,06
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o afastamento	0,01% R\$ 0,38
TOTAL		0,04% R\$ 1,44
Submódulo 4.4 – Rescisão		VALOR R\$
A	Aviso prévio indenizado	0,42% R\$ 14,73
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03% R\$ 1,06



C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,015%	R\$ 0,53
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 68,68
E	Incidência do Submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,69%	R\$ 24,59
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01%	R\$ 0,35
G	Multa do FGTS - rescisão sem justa causa (50%)	4,36%	R\$ 154,05
<b>TOTAL</b>		<b>7,47%</b>	<b>R\$ 264,00</b>
<b>Submódulo 4.5 – Custo de reposição do profissional ausente</b>		<b>%</b>	<b>VALOR R\$</b>
A	Férias	9,09%	R\$ 321,16
B	Ausência por doença	1,66%	R\$ 58,65
C	Licença-paternidade	0,02%	R\$ 0,71
D	Ausências legais	0,82%	R\$ 28,97
E	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$ 1,06
F	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
Subtotal		11,62%	R\$ 410,55
G	Incidência do Submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	<b>4,16%</b>	<b>R\$ 146,98</b>
<b>TOTAL</b>		<b>15,78%</b>	<b>R\$ 557,53</b>
<b>Quadro Resumo - Módulo 04 – Encargos Sociais e Trabalhistas</b>			
<b>Encargos Sociais e Trabalhistas</b>		<b>%</b>	<b>VALOR R\$</b>
4.1	Encargos sociais e FGTS	35,80%	R\$ 1.264,87
4.2	13º (décimo terceiro salário)	16,46%	R\$ 581,52
4.3	Afastamento maternidade	0,04%	R\$ 1,44
4.4	Custo de rescisão	7,46%	R\$ 264,00
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,78%	R\$ 557,53
4.6	Outros (especificar)	0,00%	R\$ 0,00
<b>TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS</b>		<b>75,54%</b>	<b>R\$ 2.669,35</b>
<b>(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)</b>			<b>R\$ 6.768,77</b>
<b>Módulo 05 – Custos Indiretos, tributos e lucro</b>			
<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>		<b>%</b>	<b>VALOR R\$</b>
A	Custos Indiretos	5,00%	R\$ 338,44
B	Lucro	6,79%	R\$ 482,58
C	Tributos		R\$ 7.589,79
D	Fator auxiliar para cálculo $[1-(C1+C2+C3)]$	85,75%	
E	Fator auxiliar para cálculo por dentro C/D		R\$ 8.851,07
	C1. PIS	1,65%	R\$ 146,04
	C2. COFINS	7,60%	R\$ 672,68
	C3. ISS	5,00%	R\$ 442,55
Total dos tributos		14,25%	R\$ 1.261,28
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 2.082,30</b>
<b>TOTAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL – OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL</b>			
<b>Descrição</b>			<b>PREÇO (R\$)</b>
I – Composição da Remuneração			R\$ 3.533,15
II – Benefícios mensais e diários			R\$ 564,26
III – Insumos diversos			R\$ 2,01
IV – Encargos sociais e trabalhistas			R\$ 2.669,35
Subtotal (I + II + III + IV)			R\$ 6.768,77
V – Custos indiretos, tributos e lucro			R\$ 2.082,30
<b>VALOR TOTAL POR EMPREGADO</b>			<b>R\$ 8.851,07</b>





ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2023  
Proc. nº TRF2-EOF-2022/0306

ANEXO II B - PLANILHA TOTALIZADORA

A - MÃO DE OBRA

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇOS (R\$)		
			UNITÁRIO MENSAL	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
1	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFFSET	2	8.887,59	17.775,18	R\$ 213.302,16
2	OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO	3	8.873,49	26.620,47	R\$ 319.445,64
3	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL	1	8.857,07	8.857,07	R\$ 106.284,84
TOTAL		6			
VALOR TOTAL MENSAL MÃO DE OBRA —>				53.252,72	
PRAZO DE VIGÊNCIA (12 MESES) —>				Multiplicar por 12	
ANEXO II A - VALOR TOTAL ANUAL - MÃO DE OBRA —>				639.032,64	639.032,64

ANEXO II B - VALOR GLOBAL ANUAL -			639.032,64
-----------------------------------	--	--	------------

3 – CONDIÇÕES GERAIS:

- 3.1 - Os valores referentes às horas extras não integram a planilha totalizadora do preço da mão de obra.
- 3.2 – A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta a **memória de cálculo** das horas-extras.
- 3.3 A remuneração mínima deverá corresponder ao salário normativo da Convenção Coletiva firmada pelo Sindicato representativo de cada categoria profissional (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas no Município do Rio de Janeiro - STIGMRJ - Oficial Gráfico de Impressão Off-Set e Oficial Gráfico de Montagem e Acabamento e Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro - Oficial Gráfico de Impressão Digital), vigente na data prevista para a abertura desta licitação.
- 3.4 - Utilizar a base de cálculo indicada pela IN 05/2017 MPDG, para os percentuais utilizados para Despesas Administrativas e Lucro:
- 3.4.1 - Percentual do Lucro = Lucro/ (Pessoal+Encargos+Insumos+Despesas Administrativas e Operacionais);
- 3.4.2 - Percentual de Despesas Administrativas e Operacionais = Despesas Adm e Operacionais / (Pessoal+Encargos+Insumos);
- 3.5 – Visando à conferência da planilha pelo setor de Contabilidade de TRF2, anexar:
- 3.5.1 - Cópia da GFIP, onde conste o código do FPAS e o percentual do SAT/RAT;
- 3.5.2 - Cópia do Acordo Coletivo de Trabalho ou da Convenção Coletiva de Trabalho atualizados;
- 3.5.3 - Memória de Cálculo do Vale Transporte;
- 3.5.4 - Memória de Cálculo do Auxílio Alimentação.
- 3.6 - No preenchimento das planilhas as empresas **optantes pelo SIMPLES** não poderão beneficiar-se da condição de optante, devendo preencher as planilhas sem considerar o tratamento tributário diferenciado.



**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO MICROEMPRESAS**

**(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2023**

Proc. nº TRF2-EOF-2022/306

**Pregão                    Eletrônico(a)                    056/2023                    UASG                    90028**

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

**CNPJ:**

-

EMPRESA

DATA

ASSINATURA



## ANEXO IV DECLARAÇÃO

(Inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 229 de 22/06/2016 do CNJ)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2022/0306

\_\_\_\_\_  
**DECLARA**, em face do disposto no inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções 009/2005 e 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça, que:

( ) não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

( ) Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

\*CC= ocupante de cargo em comissão

\*MPJ= Membro do Poder Público

Observação:

\_\_\_\_\_  
Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)



## ANEXO V DECLARAÇÃO

(Artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, com a alteração implementada pela Resolução nº 9 de 06.12.2005 do CNJ)

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2023

Proc. nº TRF2-EOF2022/306

\_\_\_\_\_  
**DECLARO**, em face do disposto na Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016, do Conselho Nacional de Justiça, que:

( ) não tenho parentesco com nenhum Membro do Poder Judiciário ou servidor que exerce cargo em comissão de direção e assessoramento.

( ) Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

\*CC= ocupante de cargo em comissão

\*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

\_\_\_\_\_

(Assinatura)



## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO

(Resolução nº 156/12/ CNJ e Resolução nº 9 de 06/12/2005, diploma alterador da Resolução nº 7 de 18/10/2005)

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2023

Proc. nº TRF2-EOF-2022/306

\_\_\_\_\_, **DECLARO**, sob as penas da lei, que não estou incurso(a) em qualquer das hipóteses previstas em lei ou nos artigos 1º e 2º da Resolução nº 156 de 08.08.2012 do Conselho Nacional de Justiça.

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração e, ainda, a entregar as Certidões constantes do Art. 5º, §1º da resolução 156/12- CNJ, acompanhadas do comprovante de autenticidade.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP)

Rio de Janeiro,

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)



TRF2CAP202316215



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2023/\_\_\_\_\_

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DE IMPRESSÃO *OFFSET*, ATRAVÉS DA ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, COM CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA, PARA OPERAR OS EQUIPAMENTOS MECÂNICOS E DIGITAIS, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA \_\_\_\_\_

Processo Adm. Digital TRF2-EOF-2022/00306

O **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Diretor Geral, Dr. Paulo Cezar Braga Edmundo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J sob o n.º \_\_\_\_\_ estabelecida na \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, Tel.: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, representada neste ato por seu(sua) **Sócio, Sr(a)**. \_\_\_\_\_, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2022/00306, em consequência do Pregão Eletrônico nº 056/2023, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, homologado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2023, através do despacho nº TRF2-DES-2023/\_\_\_\_\_, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços gráficos de impressão offset, através da alocação de mão de obra especializada, com conhecimento em informática, para operar equipamentos mecânicos e digitais, atendendo, assim, a demanda deste E. Tribunal, EMARF, CCJF, Seção Judiciária do Rio de Janeiro e Seção Judiciária do Espírito Santo*, sujeitas as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:



TRF2CAP202316215

**1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços gráficos de impressão *offset*, através da alocação de mão de obra especializada, com conhecimento em informática, para operar equipamentos mecânicos e digitais, atendendo, assim, a demanda deste E. Tribunal, EMARF, CCJF, Seção Judiciária do Rio de Janeiro e Seção Judiciária do Espírito Santo. Os profissionais prestarão serviços na Rua do Acre, 80 – sala 405 e na Rua Visconde de Inhaúma, 68, ambas no Centro, nesta Cidade, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 056/2023 e seus Anexos nº I, II, III, IV, V, VI e VII e na forma estabelecida no presente Contrato.

**1.1 - DO EFETIVO:**

ITEM	PRESTADORES DE SERVIÇO	QUANTITATIVO
01	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET	02
02	OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO	03
03	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL	01
TOTAL		06

Obs.: Código SIASG BR:24511

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CARACTERÍSTICAS DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, DOS EQUIPAMENTOS E DAS ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS:**

2.1 – As características dos prestadores de serviços elencados no item 1.1 deste Contrato, dos equipamentos de acabamento disponíveis na gráfica do Contratante para atender à demanda dos referidos profissionais e suas respectivas atribuições estão detalhadamente discriminadas no ITEM 1.3 do Termo de Referência (TRF2-TER-2023/00250) Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

**3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:**

3.1 – A execução dos serviços contratados implica conhecimentos especializados para operacionalizar as máquinas da gráfica, que podem ser objetivamente comprovados por meio de experiência prévia na função de, no mínimo, 05 (*cinco*) anos, imprescindível para manter o bom funcionamento dos equipamentos e evitar o refazimento de trabalhos, e, consequentemente, o desperdício de insumos, por motivo de erro.

3.2 - Tendo em vista que para a execução dos serviços objeto deste Contrato é necessário o manuseio direto de produtos químicos, máquinas industriais e materiais tóxicos, é essencial que a Contratada oriente seus profissionais quanto às medidas de proteção à saúde e de segurança no desempenho das atividades, fornecendo a seus colaboradores equipamentos de segurança individuais.

3.3 – A Contratada deverá providenciar, no prazo de 30 (*trinta*) dias, após o início da prestação dos serviços, perícia, a ser realizada por Médico do Trabalho ou Engenheiro do



TRF2CAP202316215

Trabalho, devidamente registrado no respectivo Conselho Profissional, atestando o grau de insalubridade (máximo, médio ou mínimo), quando for o caso, bem como se a atividade apontada como insalubre consta da relação da NR-15 do Ministério do Trabalho, nos termos do art. 192 da CLT e NR-15, aprovada pela Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando o pagamento do adicional de insalubridade condicionado à realização da referida perícia (TCU, Acórdão 727/2009, Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, DOU de 20.04.2009).

3.4 - Constatada a insalubridade dos serviços objeto da presente contratação, através do laudo elaborado com base na perícia mencionada no item anterior, a Contratada se obriga a pagar, desde o início da vigência do Contrato, o respectivo adicional ao(s) empregado(s) alocado(s) na prestação dos serviços.

3.4.1 - O pagamento do adicional, na forma assinalada no item anterior, ensejará o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do art. 124, inc. II, alínea "d", da Lei 14.133/2021.

3.4.2 - Os custos para realização da perícia supra serão de inteira responsabilidade da Contratada.

#### **4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES:**

##### **4.1 – DA CONTRATADA:**

4.1.1 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão-somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

4.1.2 - Selecionar profissionais especializados para a execução dos serviços, com vista à obtenção de excelente nível de qualidade.

4.1.3 - Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

4.1.4 - Permitir que seus empregados sejam vistoriados pela Segurança Interna, quando prestando serviços nas dependências do Contratante.

4.1.5 - Afastar ou substituir, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que, comprovadamente, e por recomendação da fiscalização, causar embaraço à boa execução do serviço.

4.1.6 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas instalações do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o mesmo, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.





4.1.7 - Manter seus empregados alocados na execução do serviço ora contratado, em situação empregatícia regular e legal, respeitando e atendendo todos os benefícios, inclusive salários não inferiores aos pisos das categorias dos respectivos profissionais, pactuados nas Convenções Coletivas firmadas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Município do RJ - STIGRJ.

4.1.8 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato.

4.1.9 - Permitir o livre exercício da fiscalização pelo Contratante.

4.1.10 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

4.1.11 - Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

4.1.12 - A Contratada deverá cientificar a seus empregados a observância obrigatória ao Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147, de 15/04/2011, do Conselho da Justiça Federal, e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4.1.13 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

4.1.13.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato pelo Contratante.

4.1.14 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09, de 06/12/2005.

4.1.14.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VI do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4.1.15 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição



dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

4.1.15.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pelo(s) empregados(s) no exercício de cargo/função de chefia, alocado(s) na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo VII do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e da apresentação das certidões relacionadas na aludida Declaração;

4.1.16 - O prazo para apresentação das certidões mencionadas nos subitens 4.1.14.1 e 4.1.15.1 é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

4.1.17 – A Contratada fornecerá a seus empregados, mensalmente, auxílio alimentação, no primeiro dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados.

4.1.17.1- O pagamento do vale alimentação/refeição será obrigatório, ainda que não esteja previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

4.1.17.2 - O fornecimento de alimentação no local de trabalho, caso previsto em Acordo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho, será possível, tendo em vista a possibilidade de disponibilização de refeitório para o efetivo a ser alocado nos prédios do Contratante.

4.1.18 - A Contratada se obriga a fornecer vales-transportes em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência X trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 17.11.87), os quais deverão atender integralmente às necessidades dos empregados.

4.1.18.1 - Neste caso poderá ser utilizado, uma vez que atenda as necessidades do empregado, o Bilhete Único (Lei 5.628 de 29/12/2009 e Lei 5.211 de 1º/07/2010).

4.1.18.2 – A Contratada se obriga a fornecer os vales-transportes no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados.

1.1.18.3 – O pagamento do vale-transporte será obrigatório, ainda que não esteja previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

4.1.19 – A Contratada deverá comprovar a entrega dos vales-transporte e vales-alimentação/refeição na forma discriminada nos subitens 16.2.7.1 e 16.2.8.1, respectivamente, do Edital de Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4.1.20 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante, no tocante aos serviços a serem executados, assim como às suas obrigações, sendo que a ausência de fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas neste Contrato.

4.1.21 - A Contratada deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.



4.1.22 - A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.

4.1.23 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

4.1.23.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

4.1.24 - Conceder Adicional para as categorias profissionais, conforme o caso (insalubridade ou periculosidade), de acordo com os percentuais indicados na CCT da categoria profissional, se houver, ou em qualquer outro documento oficial:

4.1.24.1 - Ficará a cargo da Contratada, providenciar a realização de Laudo Pericial anual, devendo o primeiro ocorrer, em até 30 (trinta), dias após a assinatura do Contrato.

4.1.24.2 - O Contratante não efetuará o pagamento à Contratada dos valores referentes aos adicionais de insalubridade até que o Laudo Pericial anual seja entregue à Fiscalização.

4.1.24.3 - Caso seja prorrogado o Contrato, ficará a cargo da Contratada providenciar a realização de Laudo Pericial anual para continuidade do pagamento do referido Adicional.

#### 4.2 – DO CONTRATANTE:

4.2.1 - Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a execução dos serviços.

4.2.2 - Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada ou por seu preposto.

4.2.3 - Efetuar o pagamento mensal devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do Contrato.

4.2.4 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados, por servidores designados.

4.2.5 - Comunicar formalmente à Contratada quaisquer falhas verificadas no cumprimento do Contrato.



4.2.6 - Observar o cumprimento dos requisitos de qualificação profissional exigidos neste Contrato, solicitando à Contratada as substituições que se verificarem necessárias.

**5 - CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO, DA REPACTUAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:**

**5.1 - DO PREÇO:**

5.1.1 - As Planilhas de Formação de Preços, fornecidas pela Contratada por ocasião da homologação do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integram este Contrato, assim como a proposta por ela apresentada, discriminada na Cláusula Nona.

5.1.2 - O valor MENSAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

5.1.3 - O valor GLOBAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_);

5.1.4 - Os valores referentes às horas extras não integram a Planilha Totalizadora do preço da mão de obra.

5.1.5 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos, como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto contratado.

**5.2 - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE:**

5.2.1 - É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano.

5.2.1.1 - O interregno mínimo de 01 (um) ano será contado:

a) Os preços da mão de obra, a partir da data do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente à época da data limite para apresentação da proposta.

a.1) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

a.2) Inexistindo convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços.

a.3) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.



b) No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.

b.1) Os preços de insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice oficial que venha a ser acordado entre as partes.

c) Os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.

d) Os insumos, materiais e equipamentos serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 01 (um) ano previsto na alínea “b”.

e) Quando o interregno mínimo de 01 (um) ano previsto na alínea “d” não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.

5.2.2 - Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação da Contratada, e acompanhados de:

5.2.2.1 – no caso das repactuações:

a) documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;

b) novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei, que fundamentam o pedido de repactuação;

c) demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;

d) documentos que comprovem que a Contratada já arca com os custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.

5.2.2.2 - no caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato e do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

5.2.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

5.2.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

5.2.5 - Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:

5.2.5.1 – no caso de reajustes, a partir da implementação do direito da Contratada, conforme fixado no Contrato, tendo por referência a data limite



de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme estabelecido no Contrato;

5.2.5.2 - no caso da repactuação, a partir da data prevista no acordo, ou na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa ou lei, motivadores do pedido de repactuação.

5.2.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeitos financeiros 01 (um) ano a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.

5.2.7 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

5.2.8 - O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 01 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no subitem 5.2.2.1.

### 5.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.3.1 - O pagamento será efetuado, mensalmente, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, da seguinte maneira:

5.3.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

5.3.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

5.3.3 - Para fins do disposto no item 5.3, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

5.3.2 - O documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12h às 17h, acompanhado dos documentos abaixo discriminados, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

5.3.2.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do TRF - 2ª Região;

5.3.2.2 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo TRF - 2ª Região, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre este valor.

5.3.2.3 - A folha de pagamento e os cartões de ponto, terão como período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial, excetuando-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;



5.3.2.4 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

5.3.2.5 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP) com autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário;

5.3.2.6 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

5.3.2.7 - Comprovações de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do TRF - 2ª Região, correspondente ao mês do documento fiscal;

5.3.2.7.1 - A comprovação da entrega de vale-transporte será feita com a apresentação de comprovante de recarga de cartões em nome de cada funcionário, acompanhado do comprovante de pagamento total realizado pela Contratada à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos funcionários constante do contrato, contendo o valor do vale-transporte, o valor de desconto, data de recebimento e assinatura de todos os funcionários;

5.3.2.8 - Comprovações de auxílio alimentação/refeição dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

5.3.2.8.1 - A comprovação da entrega de auxílio alimentação/refeição dar-se-á com a apresentação de comprovante da empresa fornecedora dos cartões com a lista de todos os empregados da Contratada, acompanhada do comprovante de pagamento total realizado pela mesma à empresa fornecedora dos cartões ou com a relação dos empregados constante do Contrato, contendo o valor do auxílio-alimentação, data de recebimento e assinatura dos profissionais.

5.3.2.9 - Quadro resumo de frequências e faltas referentes ao mês;

5.3.2.10 - Cópia da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS, quando houver rescisão sem justa causa;

5.3.2.11 - Cópia do Termo de Rescisão, quando houver rescisão do contrato do trabalhador, com a devida homologação pela entidade sindical, se for o caso;

5.3.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Edital e no Contrato;

5.3.4 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012- Plenário-TCU e artigo 91, §4º, da Lei nº 14.133/2021).

5.3.4.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

5.3.5 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 15.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;





5.3.6 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

5.3.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

5.3.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 15.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

5.3.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização."

#### 5.4 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

5.4.1 - Será retido do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

5.4.1.1 - Férias;

5.4.1.2 - 1/3 constitucional;

5.4.1.3 - 13º Salário;

5.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

5.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

5.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013, 183/2013-CNJ e 248/2018 e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 2.1 da IN 05/2017 – MPDG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
Total a contingenciar				





Obs.: (\*) - A incidência recal sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(\*\*) - Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser retido da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do art. 17 da Resolução CNJ nº 169/2013.

5.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 5.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

5.4.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

5.4.4 - Os depósitos serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

5.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (*vinete*) dias, contados da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de Termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

5.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

5.4.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

5.4.8 - A abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.

5.4.9 - A Contratada poderá solicitar autorização do Contratante para:

5.4.9.1 – solicitar, durante a execução do Contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 5.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:



a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta corrente dos empregados;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (um) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato da categoria, com a comprovação de depósito em conta corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

5.4.9.2 - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT, homologado, se exigível) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

5.4.9.3 - Nas hipóteses no subitem 5.4.9.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT), no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do pagamento, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

5.4.10 - O pedido da Contratada deverá conter, além dos documentos citados no art. 12 da Instrução Normativa nº 001/2016 do Conselho da Justiça Federal, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram retidas para cada empregado durante a vigência do Contrato.



5.4.11 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 5.4.1.

5.4.12 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 5.4.9.1 após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

5.4.13 - Todos os termos da Resolução nº 169 de 31.01.2013 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nºs 183/2013, de 24/10/2013, e 248/2018, de 24/05/2018, do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

#### **6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

6.1 - A despesa decorrente do presente Contrato correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União para o corrente exercício, conforme ITEM 11 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

6.1.1 – Nota de Empenho: \_\_\_\_\_.

6.2 - Nas parcelas referentes aos exercícios subsequentes, as despesas serão incluídas nas propostas orçamentárias para os citados exercícios, condicionadas à aprovação das mesmas.

#### **7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES:**

7.1 – A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no ITEM 22 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo

#### **8 - CLÁUSULA OITAVA: DA EXTINÇÃO:**

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e na Lei nº 14.133/2021.

8.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

8.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.



**9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 056/2023 e seus Anexos I a VII;
- b) Proposta (TRF2-CAP-2023/\_\_\_\_\_) datada de \_\_/\_\_/2023, apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados;
- c) Atestado de Vistoria, se houver, emitido pela Coordenadoria de Produção Gráfica e Visual – COPGRA, comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato (TRF2-CAP-2023/\_\_\_\_\_).

9.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".

**10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:**

10.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

10.2 - Competem à fiscalização, além das atribuições definidas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, as elencadas a seguir:

10.2.1 – Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas;

10.2.2 - Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter do Contratante todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do Contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

10.2.3 - Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

10.2.4 - Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;

10.2.5 - Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto para fins de liquidação e pagamento.

10.3 - A fiscalização técnica do Contrato avaliará constantemente a execução do objeto utilizando o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), previsto no ITEM 11 do



Termo de Referência (TRF2-TER-2023/00250), Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

10.3.1 - Haverá redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10.4 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

10.5 - Na hipótese de contratação de terceiros para assistir e subsidiar a fiscalização, prevista no art. 117, *caput*, da Lei nº 14.133/21, deverão ser observadas as seguintes regras:

10.5.1 - A Contratada assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de Contrato;

10.5.2 - A contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do Contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado

#### 11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 - O prazo de vigência do presente contrato é de 01 (um) ano, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 – A pelo menos 60 (sessenta) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (três) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

11.3 – Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

11.4 - A resposta da Contratada terá caráter irretratável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

11.5 – Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Décima Primeira do presente Contrato.

11.6 - Após o prazo de vigência inicial, o Contrato poderá ser prorrogado por meio de aditamento, nos termos supracitados, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:

11.6.1 - os serviços tenham sido prestados regularmente; 11.6.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 03 (três) vezes no Contratante, a cada período de vigência do Contrato;



11.6.2 - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 03 (três) vezes no Contratante, a cada período de vigência do Contrato;

11.6.3 – O Contratante tenha interesse na continuidade dos serviços;

11.6.4 - o valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para o Contratante;

11.6.5 - a Contratada concorde com a prorrogação.

11.7 - A vantajosidade econômica para a prorrogação do Contrato, mencionada no subitem 11.6.4 desta Cláusula, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:

11.7.1 - houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no Contrato;

11.7.2 - houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no Contrato.

11.8 - Nos Contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, os custos fixos ou variáveis não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados, mediante negociação e como condição para a renovação.

## 12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

12.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do Contrato será recebido da seguinte forma:

12.1.1 - **Provisoriamente** – pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

12.1.2 - **Definitivamente** - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para serviços comuns, e 5 (cinco) dias úteis para serviços com alocação de mão de obra, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

12.2 - O objeto do Contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e seus Anexos.

12.3 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do Contratante, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

12.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas,



posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990.

**13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA CONTRATUAL:**

13.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, no valor de R\$ \_\_\_\_\_, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual deste Contrato.

13.1.1 - A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante, exceto o seguro-garantia, que será observado o disposto no §3º, do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

13.2 – A prestação da garantia contratual encontra-se detalhadamente discriminada nos ITENS 13.7 a 13.7.9 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

**14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS:**

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

**15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:**

15.1 - O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, previsto no ITEM 11 do Termo de Referência (TRF2-TER-2023/00250), Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, o qual define objetivamente os níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.

**16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS:**

16.1 – A presente Cláusula tem por objeto atender aos dispositivos consignados na Lei nº 13.709/2018, e nas Resoluções nº 363 de 12/01/21 do CNJ e nº TRF2-RSP-2022/00031 de 01/04/2022 deste E. Tribunal.

**16.2 – DOS AGENTES DE TRATAMENTO:**

16.2.1 - Para efeitos de proteção dos dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato o Contratante e a Contratada assumem as obrigações de controladores de dados, na forma de controladoria conjunta, dada a convergência das finalidades do tratamento de dados pessoais no âmbito contratual

**16.3 – DAS OBRIGAÇÕES:**

16.3.1 - As Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais coletados de acordo com a legislação vigente aplicável, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 13.709/2018, a Lei nº 12.965/2014 e o Decreto nº 8.771/2016 (Marco Civil da Internet), no que coube

16.3.2 – Ficam as Partes obrigadas a adotar medidas de segurança, técnicas e organizacionais apropriadas contra o tratamento de dados não autorizado ou ilegal, a perda, a destruição acidental ou eventuais danos aos dados pessoais, incluindo as medidas





estabelecidas em Políticas de Privacidade compatíveis com os ditames da lei (artigo 46, da LGPD).

16.3.3 – As partes garantem que:

- a) o tratamento de dados pessoais será feito conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.
- b) o tratamento de dados pessoais será limitado às atividades necessárias ao alcance das finalidades da contratação, vedado às partes a utilização e/ou o compartilhamento dos dados pessoais para finalidade diversa, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal (artigo 6º incisos I, II e III, artigo 7º, § 3º da LGPD).
- c) o eventual compartilhamento dos dados pessoais com outras empresas ou pessoas, na forma acima, deve se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual ou conforme as hipóteses previstas nos arts. 7º, 11, 14 e/ou 23 da Lei 13.709/2018.
- d) será mantido registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizam para a execução deste contrato. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, toda informação e documentação necessárias para demonstrar cumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato ou na legislação pertinente.

16.3.4 - A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados, servidores e/ou colaboradores acerca das obrigações e condições acordadas neste instrumento contratual, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujas regras deverão ser aplicadas ao tratamento dos dados pessoais por eles realizados. A CONTRATADA responsabiliza-se por eventuais descumprimentos.

16.3.5 - A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE relativos aos dados pessoais, em caso de desligamento do empregado, servidor e/ou colaborador das atividades inerentes à execução deste Contrato.

16.3.6 - As Partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares, nos termos previstos na LGPD e na legislação de regência, e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, do Ministério Público, Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais órgãos de controle.

16.3.7 - A CONTRATADA deverá comunicar por escrito ao CONTRATANTE, em até 24 (*vinte e quatro*) horas, a ocorrência de qualquer incidente que implique risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, apresentando as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD, cabendo ao CONTRATANTE as demais obrigações de comunicação previstas no referido artigo.

- a) A CONTRATADA poderá enviar informações de forma gradual somente no caso em que não disponha imediatamente de todas as informações descritas nos incisos do § 1º do art. 48 da LGPD.

16.3.8 - Em caso de subcontratação, a CONTRATADA garante a assunção das obrigações referentes à proteção de dados pessoais pela subcontratada, devendo os serviços prestados por esta ser executados de acordo com o disposto neste contrato. A





CONTRATADA assume responsabilidade administrativa e civil pelos atos por praticados pela subcontratada.

**16.4 – DA RESPONSABILIDADE:**

16.4.1 - Eventual responsabilidade das Partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e em consonância com as disposições constantes da Seção III, Capítulo VI da LGPD.

16.4.2 - As Partes responderão administrativa e judicialmente se causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares dos dados pessoais tratados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD e à legislação de regência.

**16.5 - DO TÉRMINO DO TRATAMENTO:**

16.5.1 - Encerrada a vigência do Contrato ou sendo verificado que os dados pessoais deixaram de ser necessários ou pertinentes ao alcance da finalidade, as Partes se comprometem a eliminar todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal, exercício regular de direito ou outra hipótese prevista na LGPD ou na legislação pertinente.

16.5.2 - Na hipótese de ajuizamento de ação trabalhista, as partes estão autorizadas a guardar os dados pessoais até o trânsito em julgado ou, sendo o caso, até a quitação dos valores devidos.

16.5.3 - A eliminação dos dados abrange todas as cópias existentes, em formato digital ou físico.

**17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

17.1 - O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

17.2 – No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

17.2.1 - As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

17.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20091-007, endereço eletrônico [dcont@trf2.jus.br](mailto:dcont@trf2.jus.br), no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

17.4 - Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.



**18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO:**

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

**19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO:**

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

---

PAULO CESAR BRAGA EDMUNDO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO  
Diretor Geral

---

RESPONSÁVEL  
EMPRESA CONTRATADA  
(cargo)



TRF2CAP202316215